

EDUCAÇÃO CÍVICA: UM ESTUDO INTERNACIONAL

ISABEL MENEZES

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação / Universidade do Porto/IE

O Instituto de Inovação Educacional vai participar num estudo internacional sobre Educação Cívica, coordenado pela International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA), cujo objectivo geral é analisar de que forma a escola contribui para capacitar os jovens para assumirem os seus papéis como cidadãos em sociedades democráticas. Especificamente, pretende-se avaliar as influências do currículo formal (por exemplo, áreas disciplinares) e do oculto (por exemplo, oportunidades para a participação dos alunos na escola) na prossecução de objectivos explícitos e implícitos relacionados com a cidadania e a identidade nacional dos jovens.

Em 1971, a IEA realizou um primeiro estudo sobre esta temática que envolveu amostras representativas de alunos, professores e responsáveis da gestão escolar de 10 países ocidentais (Torney, Oppenheim & Farnen, 1975); cerca de 30.000 estudantes, 5.000 professores e 1.300 gestores escolares participaram, respondendo a inquéritos sobre conhecimentos e atitudes, práticas pedagógicas e funcionamento das escolas, respectivamente. Todos os países eram considerados democracias ocidentais industrializadas, mas os resultados indicaram que nenhum tinha “um nível uniformemente elevado de sucesso na transmissão de valores cívicos” (Torney-Purta & Schwille, 1986, pp. 34), operacionalizados em três dimensões: defesa de valores democráticos, apoio ao Governo e interesse/participação cívica. Adicionalmente, foi encontrada uma associação negativa consistente entre a ênfase na aprendizagem de papéis e em rituais patrióticos e os objectivos da educação cívica; a oportunidade de expressar opiniões nas aulas, pelo contrário, estava positivamente associada com aqueles objectivos.

As últimas décadas têm-se caracterizado por profundas mudanças políticas, sociais e educacionais que tornam útil e necessária a realização de um novo estudo até ao ano 2000. Na proposta aprovada pela Assembleia Geral da IEA, em 1994, são especificadas algumas destas mudanças com implicações na educação cívica, a saber: a emergência de reformas democráticas em vários países, a evolução de estruturas supra-nacionais, a inclusão de novos temas na agenda política (ex: ambiente), a ausência de um sen-

tido de pertença à comunidade nacional, o ressurgimento do autoritarismo, da xenofobia e do racismo, a alienação dos jovens dos sistemas político e económico, o reconhecimento do impacto do currículo oculto, o maior poder dos mass media relativamente à escola na formação de atitudes e o desconforto quanto ao papel da escola na discussão de temas cívicos e políticos (Torney-Purta, 1994).

Se as novas realidades justificam o interesse da IEA em realizar um novo projecto de investigação, “tornou-se óbvio que muitos países estavam interessados em começar com estudos nacionais dos currículos, práticas e políticas existentes no domínio da educação cívica (...) iniciando um processo que os ajudaria a analisar alternativas aos seus programas de educação cívica e a avaliar a utilidade de outras abordagens (...) [o que] era visto como especialmente válido porque nenhum país se considerava capaz de reclamar um monopólio de sucesso neste domínio” (Torney-Purta, 1994, pp.4). Neste sentido, foi proposta a realização de um estudo em duas fases diferenciadas, de forma a permitir a cada país a análise da sua situação e o contacto com as experiências de outros e, simultaneamente, a identificação de temas e o planeamento do inquérito internacional a ser realizado posteriormente. Esta organização tem, ainda, vantagens evidentes quanto à relevância potencial do projecto na resposta às necessidades locais dos responsáveis pelas políticas educativas. Na primeira fase do estudo, que se iniciou no final de 1994 e estará concluída em 1996, o objectivo é realizar, em cada país, estudos de caso sobre a educação cívica, incluindo revisões de investigações, entrevistas com personalidades significativas, análise dos currículos, etc. A coordenação desta primeira fase cabe à Professora Doutora Judith Torney-Purta, da Universidade de Maryland (EUA). Na segunda fase (1996-1998), será feito, nos vários países, um inquérito que inclua dimensões de conhecimentos, atitudes, identidade, comportamentos e participação políticos, num sentido lato, junto de amostras nacionais representativas de jovens, provavelmente com 14-15 anos de idade.

Durante o ano de 1995, está prevista a elaboração de um Relatório Nacional que inclua:

- a descrição do contexto educacional, social e económico, com especial atenção a mudanças e refor-

mas que tenham ocorrido na última década;

- a análise das concepções e definições relacionadas com a educação cívica;
- a especificação dos conteúdos e métodos de educação cívica a partir das práticas actuais;
- a clarificação de outros factores (por exemplo, formação de professores, organização das escolas, movimentos juvenis) relevantes.

A preparação deste relatório implica a revisão da literatura nacional no domínio da educação cívica – incluindo estudos sobre a socialização política, a educação moral, as atitudes de jovens e adultos, os objectivos da educação cívica, o desenvolvimento curricular, as estratégias educativas, etc. –, assim como a realização de entrevistas com responsáveis pelas políticas educativas, especialistas em formação de professores, líderes de organizações profissionais e sindicais, professores e alunos.

Este estudo, coordenado pela IEA, visa dar resposta a algumas questões sobre a organização dos programas de educação cívica (qual é o seu estatuto enquanto objectivo explícito das escolas? quais são as prioridades dos programas de educação formal que pretendem preparar para o exercício da cidadania? como se organizam os programas?) e sobre os professores, o ensino e as escolas (como vêem os professores a educação cívica? qual é a influência de diferentes tipos de práticas pedagógicas na educação cívica? a formação dos professores prepara-os para lidar com as diferentes facetas da educação cívica? como é que a organização escolar influencia a educação cívica dos alunos?). Finalmente, pretende-se a disseminação de informação sobre objectivos, práticas, influências e resultados da educação cívica em diferentes países que possam ser organizados em recomendações para os responsáveis pelas políticas educativas.

A informação de que decorria um sismo com a magnitude de 5,8 a 6 da escala de Richter, com epicentro no Oceano Atlântico e intensidade V a VI na escala de Mercalli Mod, fazia parte de mais um exercício de simulação levado a cabo pelos agentes da Protecção Civil. Passado o susto, o dia prossegue sem mais sobressaltos.

Um pouco por todo o país, com mais ou menos pânico, foi este “cenário sísmico” que mais de 250 mil alunos de mais de 800 escolas viveram em 1993, no decorrer dos exercícios Sismex.

Até à data esta foi a maior acção de protecção civil realizada em Portugal, envolvendo corpos de bombeiros, forças de segurança, conselhos directivos e serviços de saúde de mais de 65 por cento dos municípios de todo o país.

No decorrer do exercício, os alunos, professores e funcionários puderam treinar os planos de evacuação urgente do edifício-escola num cenário de sismo e aos agentes da Protecção Civil foi possível analisar os meios de segurança disponíveis.

Outras iniciativas nas escolas

O Sismex/93 é apenas um exemplo de uma das muitas acções que o Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC) tem vindo a desenvolver junto das escolas.

Segundo Joaquim Vasconcelos, assessor deste Serviço, “em 1992, considerou-se que era necessário desenvolver campanhas de informação e sensibilização que tivessem como destinatários as famílias, enquanto células fundamentais da nossa sociedade”. Para atingir este público-alvo, o SNPC apostou, sobretudo, no papel intermediário dos jovens dos 5º ao 9º anos de escolaridade e dos seus professores. E em Setembro do mesmo ano, os Ministérios da Administração Interna e da Educação assinaram um protocolo com vista à inserção de matérias de protecção civil nos diferentes programas de ensino e ao estreitamento de laços entre a escola e os agentes de protecção civil.

Desde então, este organismo tem vindo a distribuir pelas escolas desdobráveis, folhetos, blocos de apontamentos, horários escolares, autocolantes, agendas, marcadores de livros, etc., sobre vários riscos naturais e tecnológicos: fogos florestais, acidentes industriais graves, incêndios, acidentes com gás, tremores de terra, trovoadas e temporais. “O objectivo desta campanha é criar a discussão destes temas entre os professores e os alunos”, refere Joaquim Vasconcelos. Depois, com os desdobráveis e marcadores de livros nas mãos, os jovens estão aptos a transmitir as mensagens que ouviram nas aulas aos seus familiares, contribuindo, deste modo, para a disseminação dos cuidados a ter em casos de acidentes, calamidades ou catástrofes.

Em Março do ano passado, foi através do Concurso Nacional Desenho Jovem, aberto a todos os jovens de nacionalidade portuguesa até 15 anos de idade, que este organismo cativou os mais novos para os problemas relativos à protecção civil.

Mas o apoio às escolas não passa apenas pelas campanhas de informação e sensibilização, pelo concurso de desenho e pelos exercícios de simulação. Sempre que uma escola ou professor desejar esclarecer dúvidas ou fazer formação, para poder transmitir informações mais precisas aos seus alunos, encontra sempre alguém bem próximo de si a quem recorrer, pois o SNPC tem agentes, nomeadamente delegados distritais, em todos os pontos do país. Além disso, edita uma publicação periódica onde aborda vários assuntos que podem ser expostos numa aula e possui uma biblioteca nos seus serviços centrais.

D. S.

Serviço Nacional de Protecção Civil
Av. da República, 2, 5ª andar 1250 Lisboa
Telef: 54 72 86